



Bernardo: "A negociação é legítima, mas o governo não pode tentar convencer deputados na base da cooptação"

Governo tem verba para negociar

Leonardo Cavalcanti

Da equipe do Correio

O governo dispõe de R\$ 770 milhões em verbas bloqueadas no Orçamento deste ano. Esse montante — relativo a emendas de parlamentares ao Orçamento — poderia servir para convencer o Congresso a acelerar as reformas administrativa e previdenciária. A promessa de liberar recursos aos deputados vem sendo feita por ministros da área econômica e o valor das verbas corresponde à soma do dinheiro contingenciado em projetos de interesse dos partidos representados no Congresso.

Em 1996, cada parlamentar poderia ter apresentado 20 emendas no valor total de R\$ 1,5 milhão. Algumas dessas emendas foram somadas aos projetos de lei do próprio

Executivo, mas até o final do mês de outubro apenas 29,3% desses projetos haviam se efetivado. Só o Ministério da Fazenda é quem pode repassar o dinheiro.

As verbas e os projetos são destinados, em sua maioria, a municípios. O PMDB, um dos partidos mais divididos em relação ao apoio do Palácio do Planalto, tem R\$ 144 milhões bloqueados em projetos do seu interesse.

Dos projetos propostos pelo partido, 18% haviam sido concluídos. Nem todas as emendas são somadas a projetos do governo. Algumas são de iniciativa dos próprios parlamentares. "A liberação de emendas individuais não é a única forma de conseguir liberar recursos para barganhar com parlamentares", afirmou o deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG).

Segundo ele, existem outros recursos orçamentários e extra-orçamentários para o governo usar nas negociações com políticos. "É preciso ter atenção às emendas genéricas, aos projetos de emendas das bancadas e aos empréstimos do BNDES. Algumas dessas facilidades, como o empréstimo, por exemplo, não aparecem no Orçamento", disse Miranda.

O PT teve um saldo de emendas de R\$ 62,3 milhões, que foram somados a R\$ 731 milhões de projetos do Executivo. No caso do partido, 63% dos projetos foram concluídos, mas ainda existe um acúmulo de R\$ 136 milhões. "A negociação de emendas ao Orçamento é legítima, o que o governo não pode fazer é tentar convencer deputados na base da cooptação", disse o deputado Paulo Bernardo (PT-PR).